

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.011.005 - RJ (2016/0291761-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : HOSPITAL RIO LARANJEIRAS LTDA
ADVOGADOS : PAULO CESAR SALOMÃO FILHO E OUTRO(S) - RJ129234
TATIANA QUINTANILHA CAMARINHA - RJ123777
AGRAVADO : ELENITA BOTELHO REIS
AGRAVADO : JOSILENE BOTELHO REIS
ADVOGADO : SALVATORE DE ASSIS GRANDE E OUTRO(S) - RJ089304
INTERES. : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A

DECISÃO

Trata-se de agravo de HOSPITAL RIO LARANJEIRAS LTDA decisão que inadmitiu seu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVOS INTERNOS. APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AUTORA BENEFICIÁRIA DO PLANO DE SAÚDE DA PRIMEIRA AGRAVANTE. ALTA HOSPITALAR DETERMINADA PELO SEGUNDO AGRAVANTE, CREDENCIADO DAQUELA, QUANDO OSTENTAVA A AUTORA, PESSOA IDOSA, GRAVE ESTADO DE SAÚDE, EIS QUE ACOMETIDA DE TUMOR CEREBRAL PARCIALMENTE REMOVIDO, COM QUADRO DE COMA VIGIL E INFECÇÃO PÓS-TRAQUEOSTOMIA E NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO MÉDICO CONTÍNUO. ÓBITO OCORRIDO NO CURSO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA PRETENDIDA. PROVA TESTEMUNHAL DESNECESSÁRIA ANTE A PROVA DOCUMENTAL ACOSTADA, QUE EVIDENCIA QUE A AUTORA NÃO TINHA QUADRO CLÍNICO ESTÁVEL QUANDO LHE FOI DADA ALTA. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DOS FORNECEDORES DE SERVIÇOS E DE SEUS PREPOSTOS OU REPRESENTANTES AUTÔNOMOS. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 14 E 32 DO CDC. DANO MORAL IN RE IPSA. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA EM R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) QUE SE MOSTRA JUSTA E COMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA MONOCRATICAMENTE. AUSÊNCIA DE QUALQUER FATO NOVO QUE JUSTIFIQUE A REVISÃO DO JULGADO. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, HOSPITAL RIO LARANJEIRAS LTDA alega violação aos artigos 130, 145 e 535 do CPC/1973 (atuais artigos 370, 156 e 1022, II do CPC/15) e 186, 927 e 944 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa pela não produção de prova pericial, para comprovar a desnecessidade de a paciente permanecer internada diante da estabilidade do seu quadro clínico, indicativo de tratamento domiciliar.

Defende a improcedência do pedido autoral, pois *"a paciente somente foi transferida para o Hospital Rio Laranjeiras com o escopo de preparar os seus familiares para a concessão de alta hospitalar"* (fl. 440).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

De início, verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RJ analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Decisão contrária aos interesse da parte não configura negativa da prestação jurisdicional.

Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação.

Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA. (...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. (...)

4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte. (...)

4. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

Quanto ao alegado cerceamento de defesa, ressalta-se ser entendimento desta Corte que o juiz, com base em seu convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes, irrelevantes ou protelatórias para o regular andamento do processo, o que não configura, em regra, cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. Não constatada a alegada violação aos artigos 458 e 535 do CPC/73, porquanto todas as questões submetidas a julgamento foram apreciadas pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte.

2. O STJ possui entendimento firmado no sentido de que não há cerceamento de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova ou suficientes as já produzidas, mediante a existência nos autos de elementos suficiente para a formação de seu convencimento. A revisão do entendimento acerca da suficiência do acervo probatório reclama, necessariamente, o reenfrentamento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, na via do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Para se rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido

de que não se vislumbra qualquer abusividade no distrato realizado na espécie, demandaria, inevitavelmente, o exame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 479.938/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018 - grofou-se)

Quanto ao ponto, a *eg.* Corte de origem afastou a ocorrência do alegado cerceamento de defesa, *"tendo em vista a impossibilidade de produção da prova pericial médica pretendida, para a qual seria indispensável o exame clínico direto em cotejo com a prova documental produzida, asseverando, ainda que tanto a prova pericial quanto a testemunhal seriam voltadas, como o próprio apelante afirma, à demonstração de que a autora ostentava condições de receber alta, e tal fato restou elidido pela própria Certidão de Óbito acostada às fls. 180, em que constou, como causa mortis, "insuficiência respiratória aguda, pneumonia por broncoaspiração, meningioma". (fls. 395/396)*

Tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Em âmbito de especial, não basta à parte sustentar violação a dispositivo legal, sendo indispensável seja deduzida a necessária fundamentação, com a finalidade de demonstrar o cabimento do recurso e o desacerto do acórdão impugnado. Incidente, por analogia, os enunciados 283 e 284 da Súmula do excelso Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, ainda que superados referido óbice, o recurso não seria provido, pois para se chegar à conclusão de que a prova cuja produção foi requerida pela parte seria ou não indispensável à solução da controvérsia, é necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, em relação à alegação de ser caso de improcedência do pedido autoral, pois *"a paciente somente foi transferida para o Hospital Rio Laranjeiras com o*

escopo de preparar os seus familiares para a concessão de alta hospitalar", verifica-se que a r. sentença de procedência ao pedido foi mantida pela eg. Corte estadual, concluindo pela comprovação da responsabilidade da parte ré em relação aos fatos narrados na inicial, asseverado que "quando a recusa de permanência da internação, a autora estava em estado grave, tanto que veio a falecer no curso da demanda, o que, por si só, já demonstra que a internação para acompanhamento específico ainda era necessária " (fl.396) (...) "tendo cabimento a condenação dos réus, de forma solidária, a pagar à falecida Autora, sucedida por suas herdeiras necessárias, o valor de R\$ 15.000,00, pelos danos morais sofridos, condenando-a ainda ao pagamento de honorários fixados em 10% sobre o valor da condenação." (fls. 397/398).

Nesse contexto, a alteração da convicção formada pela Corte local que decorreu do exame do conjunto probatório dos autos, de forma a acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Sirvam de ilustração os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO PERICIAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu que a parte recorrente faz jus a indenização do seguro obrigatório equivalente a 5 (cinco) salários mínimos ante a graduação da lesão pela perícia médica. Desse modo, resta claro que a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1210913/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018, n.g)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO

PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7 DO STJ. (...)

(AgInt no AREsp 943.025/RJ, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. INEXISTÊNCIA DE VALOR COMPLEMENTAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. LEI 6.194/74. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. ARTS. 475-A E 475-O DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O eg. Tribunal de origem, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que a recorrida tinha direito a perceber indenização no valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) incidentes sobre o percentual de 70% (setenta por cento) de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do sinistro. Para alterar tais conclusões, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 7 desta Corte. (...)

*4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 624.709/DF, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 28/03/2017, n.g)*

O recorrente não apresentou argumentos hábeis a modificação do acórdão recorrido.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do atual Código de Processo Civil fixo os honorários recursais em 1% sobre a verba honorária arbitrado na origem (10% do valor da condenação, fl. 230).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator